



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL
PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPOP/ES
(Instituído nos termos da Portaria nº 104-S, de 17 de novembro de 2021)

ATA 5ª DA PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CIAMOPOP/ES). Ao 8º (oitavo) dia do mês de outubro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 14h (quatorze horas), pela Plataforma Zoom, reuniram-se as representações dos órgãos e instituições que compõem este CIAMOPOP/ES e convidadas, elencados abaixo, na **Casa dos Direitos - Advogado Ewerton Montenegro Guimarães, Centro de Vitória, Edifício Portugal 16º andar - Avenida General Osório. PRESENTES: Amanda Nunes Carneiro – Suplente / SEDH; Adriana Sales – Titular/SETADE; Rochester Santana de Lima – Suplente / SETADES; Rodolpho Induzzi – SESP; Graziela Argenta Zaneti – MPES; Letícia Goldener Valim – Titular / SEMAS; Carla Mognato Scardua Shalders – Secretária de Proteção Social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória. **ORDEM DO DIA: Pauta. 1) Egressos da SEJUS.** Adriana iniciou a reunião fazendo uma rodada de apresentações dos presentes e em seguida explicou o contexto da última reunião onde os municípios compartilharam suas realidades. Doutora Graziela pediu esclarecimento e mencionou reclamações e o número de mil pessoas em Vila Velha e pediu informações sobre o levantamento. Carla foi convidada a fornecer detalhes sobre a situação em seu município, ela então fala dos desafios enfrentados pelo município de Vitória em relação aos egressos do sistema prisional, destacando a sobrecarga na concessão de passagens e no atendimento do centro pop. Graziela questionou o levantamento de Vila Velha quanto ao grande número de atendimentos e pediu que falassem sobre o que se passou no encontro anterior. Carla pontuou rapidamente sobre os egressos que não estão conseguindo retorno para os municípios de origem e acabam ficando na grande Vitória. Foi relatado por uma colega de Cachoeiro que o mesmo problema acontece também lá, o grande número de pessoas encaminhadas do sistema prisional pelo escritório social. Em Vitória eles fazem o atendimento, só que o número cresceu muito, por falta de oportunidade de voltar para seus municípios de origem. A questão de passagem e acolhimento é outro problema, houve uma reunião e foi confirmado que eles não têm mesmo passagem e acabam ficando na rua, o que impacta no atendimento no centro pop, uma vez que estão encaminhando para refeição e banho, após o horário, um número de**



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL
PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOP/ES
(Instituído nos termos da Portaria nº 104-S, de 17 de novembro de 2021)

peças muito além da capacidade de atendimento, não é objetivo do centro pop alimentação e higienização, enfatizou Carla, esclarecendo que não é um problema só de Vitória, e sim da maioria dos municípios. Ela mencionou uma reunião onde foi abordado essas questões, incluindo a falta de recurso para passagens e o alto número de encaminhamentos para alimentação e higiene, após a conversa que tiveram melhorou um pouco, só que continuam fazendo os encaminhamentos assim mesmo. Graziela quis saber de qual forma esses egressos saíam e chegavam para atendimento. Carla explicou que o escritório foi criado para o acompanhamento pós, liberação do sistema prisional e Adriana completou dizendo que com o alvará eles conseguem ir de Transcol até o escritório, e depois com encaminhamento, chegam ao centro pop que fica próximo, disse ainda que é preciso pensar na forma de retirar essas pessoas para que a oferta para pessoas em situação de rua não fique prejudicada. Carla ressaltou que ajudam dentro das possibilidades e se conseguirem fazer com que retornem a seus municípios, ajudaria muito e preservaria a população em situação de rua, ressaltou ainda que eles precisam de garantia para poder voltar para a cidade de origem e assim evitaria perdurar esse problema. Letícia contabilizou de três (3) a quatro (4) pessoas ao dia, e oitocentas e trinta, até final de agosto deste ano, atendidas em Vila Velha. Doutora Graziela expôs a ideia que tinha para solucionar essa demanda. Fazer convênio com empresas transmunicipais e interestaduais, iniciativa semelhante a que Minas Gerais fez, no entanto, vai precisar do apoio de todos, principalmente do Estado e dos Municípios para fomentar essa ideia. Letícia alega que é preciso cobrar do Estado que faça esse convênio. Doutora Graziela fala que seu papel é de auxiliar, se tiver que judicializar fica difícil porque isso é papel do promotor natural, esclarece que o Estado é a peça mais importante na condução da política e o aspecto social precisa ser preservado e afirmou que vai fazer adaptações no material para o Espírito Santo e compartilhar para discussão na próxima reunião. Falou sobre o Estado já está fazendo convênio com empresas de ônibus para conseguir as passagens. Rodolpho ponderou sobre a condição dos egressos, afirmando que é preciso saber se são de fato egressos ou em condicional, onde não se aplicaria a questão de passagens. Daí a necessidade de antes de delimitar, ter ciência do quantitativo, além de evidenciar se de fato são egressos mesmo e como fornecer o suporte adequado aos



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL
PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOP/ES
(Instituído nos termos da Portaria nº 104-S, de 17 de novembro de 2021)

respectivos grupos. Rodolpho explicou a diferença entre egressos e regime aberto, citando artigos e parágrafos, reafirmando a necessidade de quantificar e qualificar esses egressos para dar direcionamento concomitante com a Sejus. Doutora Graziela confirmou a importância do contato com a Sejus, porém é preciso antes ter esse documento, falou que é inadmissível o Estado só ter um escritório social, quando o ideal seria um mini escritório em frente a cada presídio. Comentou que é preciso fazer um recorte para não misturar as políticas, esses egressos estão ficando na rua por falta de oportunidade de retornarem a seus municípios de origem. Precisam levar o material pronto para tentar a negociação, marcando estrategicamente com quem vão falar, depois de tudo construído, falar com a SEJUS. Adriana acha deve encaminhar da seguinte forma: contextualizar as informações e os números, Graziela afirma que o levantamento de Letícia vale ouro porque ela precisa dos números e dados, perguntou até se é possível ampliar esses dados. Rodolpho questiona qual o parâmetro para identificar quem é realmente egresso. Adriana fala do contexto que os municípios trazem e Carla diz que os assessores jurídicos já fazem essa estratificação, trazendo esse conceito mais afinado de quem é egresso de fato para o centro e vai pedir um levantamento atualizado para passar. Sinalizou o problema já conhecido, que os egressos são colocados numa viatura e despejados na frente do albergue e centro pop, porque sabem que ali serão assistidos, elogiou a experiência colocada de Minas Gerais, acreditando que vai diminuir o engrossamento da população em situação de rua nas grandes cidades. Doutora Graziela confirma que a política do egresso sofre os mesmos problemas, como moradia só por dois meses, sendo que a única ponte que existe é saída do presídio para a rua, se não consegue uma vaga no abrigo, fica na rua. Vai organizar o material e cuidar da questão terminológica que Rodolpho falou. Adriana ficou de fazer a mediação entre os municípios e a Promotoria, e em posse desses materiais, marcar a próxima reunião e apressar o passo com a SEJUS. Nada havendo mais a tratar, a reunião foi encerrada, e eu, Maria Elizabeth Avelar, lavei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente deste Comitê.

RENATO PAZITO SILVA

Presidente



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL
PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOP/ES
(Instituído nos termos da Portaria nº 104-S, de 17 de novembro de 2021)